

Base governista pressiona FH

PFL cobra mais ações sociais e Temer aceita até pequena volta da inflação para sustentá-las

Roberto Stuckert Filho

Maria Lima, Monica Gugliano e Joaquim São Pedro

BRASÍLIA

A cúpula do PFL cobrou ontem, em reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso no Palácio do Planalto, medidas urgentes na área social para conter o processo de queda nas pesquisas de opinião. Fernando Henrique admitiu problemas no sistema de comunicação do Governo, mas defendeu veementemente seu programa social, repetindo várias vezes que não é neoliberal. Num ponto todos concordaram: governadores e prefeitos estão faturando os dividendos políticos de obras financiadas com recursos do Governo. Pelo que ficou decidido, o Governo vai exigir que eles divulguem o montante de recursos destinados pela União para financiar cada obra, principalmente na área de saneamento.

— Temos clareza do bom desempenho do Governo nas áreas econômica e política. Mas nesse momento falta uma maior clareza do que pode ser feito na área social — disse o vice-presidente do PFL, deputado José Jorge (PE), encarregado de fazer uma exposição, sobre os 14 pontos do programa do PFL entregue ao presidente.

— Já estou fazendo muita coisa na área social. Acabei de assinar o projeto Bolsa-Escola, o projeto Toda Criança na Escola é uma revolução na educação. Combatemos o trabalho infantil, mas nada é devidamente divulgado. Esses avanços não estão sendo percebidos. As pessoas estão mal informadas sobre o que realmente representa esses programas! — defendeu-se o presidente, concordando com as falhas no sistema de comunicação.

Bornhausen: prefeitos estão se beneficiando

O presidente do PFL, Jorge Bornhausen, também fez uma exposição, abrindo a discussão sobre a necessidade de mudar a estratégia de comunicação. Ele citou dados de uma pesquisa sobre aceitação de governadores e prefeitos das principais cidades. Eles teriam a aprovação de 67% do eleitorado, que aplaude suas ações na área de saneamento, por causa de obras patrocinadas com recursos do Governo. E não estariam divulgando, nas placas, os recursos repassados pelo Governo.

— Está havendo uma usurpação em relação a essas obras. Os partidos vão mobilizar seus prefeitos para que divulguem melhor essas informações. Mas não é só isso. Uma série de coisas têm sido feitas e não são devidamente divulgadas. A sociedade tem que ficar sabendo tudo que o Governo está fazendo — disse Bornhausen.

O presidente concordou e novamente voltou a reclamar da falta de comunicação. Ele lembrou que nos próximos dias vai inaugurar uma eclusa da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, uma obra sempre sonhada pela população da Região Norte, e que ninguém sabe que está sendo feita pelo Governo.

— Essa é uma obra monumental, que nenhum Governo teve coragem de enfrentar como enfrentamos, e ninguém sabe que será inaugurada nos próximos dias. Inauguramos outra obra monumental, que foi a ponte que liga a Ferronorte de Mato Grosso do Sul a São Paulo. Uma obra que custou R\$ 600 milhões, se referem a ela como se fosse uma ponte qualquer... — reclamou.

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), crítico o maior trunfo do Governo: o controle da inflação. Enquanto setores do PMDB começam a dar sinais de que a queda de Fernando Henrique nas pesquisas pode ameaçar a adesão do partido à aliança, Temer disse que o presidente precisa assumir sua candidatura à reeleição e dar prioridade à política social. Até porque, segundo ele, nada impede o partido de rever o resultado da convenção



FERNANDO HENRIQUE (com os ministros do Planejamento, Paulo Paiva, e da Fazenda, Pedro Malan) na solenidade de regulamentação da renda mínima para a educação

de março que derrotou a proposta de lançamento de candidatura.

— Eu diria que, mesmo se voltasse minimamente a inflação, valeria a pena pensar no social. Em março, decidimos que a coligação é possível. Mas a convenção de junho confirmará ou não essa decisão — disse Temer.

O líder na Câmara, Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), discordou de Temer. Segundo Geddel, é claro que o ideal seria atender a todas as demandas sociais sem comprometer a estabilidade econômica. O Governo, explicou, está mantendo a inflação controlada e realizando muitos projetos sociais.

— Falta é divulgação de tudo que está sendo feito — disse Geddel.

Embora confiante na recuperação de Fernando Henrique nas pesquisas e não acreditando na hipótese de o partido optar por lançar candidato na convenção, a ala governista do PMDB já iniciou as articulações para confirmar o resultado de março. Com o ex-presidente Itamar Franco afastado da

disputa pela Presidência, os governistas temem que o presidente do partido, deputado Paes de Andrade (CE), seduza o senador José Sarney (PMDB-AP) e o convença a apresentar seu nome na convenção. Por isso, pretendem reunir o Diretório Nacional para tentar destituir Paes, rejeitando a prorrogação de seu mandato. Assim, impediriam que Paes estivesse na presidência na convenção, que deve ser realizada no dia 28.

— Sarney só seria candidato se houvesse uma romaria até ele. Isso não vai acontecer e a convocação do diretório será decidida esta semana — disse Geddel.

A romaria até Sarney já aconteceu. Só que foi promovida pelos caciques do partido e com o objetivo oposto ao de Paes. Anteontem, os ministros Renan Calheiros (Justiça) e Eliseu Padilha (Transportes), acompanhados pelo líder do partido no Senado, Jader Barbalho (PA), foram ao casamento de Rafaela, neta de Sarney, em São Luís. Além da demonstração de apreço, pretendiam neutralizar a

ação de Paes, que, segundo um integrante da cúpula do partido, está dedicado a incensar Sarney para que ele seja candidato.

De acordo com o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, o presidente considerou as propostas do PFL uma contribuição positiva e vai examiná-las com atenção. Amaral evitou comentar se Fernando Henrique pretende adotar as sugestões no próximo mandato.

— Antes do segundo mandato existe uma campanha — disse.

Fernando Henrique concordou com a crítica feita pelo presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), à área de comunicação do Governo na divulgação do veto presidencial ao artigo da medida provisória sobre licitações que permitia um aumento do custo das obras em até 50%, sem necessidade de nova licitação. Atualmente, o aumento autorizado é de 25%.

— O presidente admite erro de comunicação — disse o porta-voz.